



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Alexandre Francisco da Penha

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA
ESCOLA.**

RECIFE, 2019

ALEXANDRE FRANCISCO DA PENHA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA
ESCOLA.**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural
de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andrea Carla de Paiva.

RECIFE, 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

P399e Penha, Alexandre Francisco da
A educação física nos anos iniciais e suas implicações na
escola / Alexandre Francisco da Penha. – Recife, 2019.
41 f. : il.

Orientador(a): Andréa Carla de Paiva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação Física,
Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências e anexo(s).

1. Educação física - Estudo e ensino 2. Educação física
(Ensino fundamental) 3. Professores de educação física 4. Ensino –
Legislação – Brasil 5. Brasil. [Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de
1996] I. Paiva, Andréa Carla de, orient. II. Título

CDD 796

ALEXANDRE FRANCISCO DA PENHA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA
ESCOLA**

Monografia, apresentada a Universidade
_____, como parte das exigências para a
obtenção do título de Licenciado em
Educação Física.

Local, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms.^a Ana Flávia Araújo Pinho
Afiliações

Prof.^a Dr.^a Andrea Carla de Paiva
Afiliações

Prof.^aDr.^a Maria Helena Câmara Lira
Afiliações

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS | 21 |
| 2.1. INFÂNCIA | 21 |
| 2.1.2. Educação e Educação Física nos anos iniciais. | 24 |
| 2.1.2.1. O papel do professor. | 24 |
| 2.1.2.2. Educação Física nos anos iniciais. | 26 |
| 3. A RELAÇÃO DO TRABALHO EM PARCERIA COM OS (AS) PROFESSORES (AS) POLIVALENTES. | 28 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 32 |
| 5. REFERÊNCIAS | 34 |
| 6. ANEXOS | 36 |
| ANEXO 1 | 37 |
| ANEXO 2 | 39 |
| ANEXO 3 | 40 |

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus, pela força diária que me fornece, muitas vezes sem o merecimento devido, a minha família, em especial meus pais Sr. Josemil e D. Vera, filhos de operários, ele um pequeno comerciante e ela do lar, como costuma se intitular, aos meus irmãos e minha doce Ester, a qual dedico minha razão de viver

A Professora Andrea Paiva, pela orientação deste trabalho, por seu zelo, atenção e perseverança, que pela segunda vez tive a honra de presenciar e conviver durante a minha formação, algo que me trouxe um aprendizado único.

Aos mestres do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE: Anna Myrna, Ana Flávia, Ana Luiza Vieira, Camila Pereira, Emannuele Chaves, Flávio Dantas, George Jimenez, George Valença, José Nilton, José Carlos Pacheco, Leane Cordeiro, Maria Cecília, Maria Helena, Marcos Nunes, Ricardo Lima, Romildo Nogueira, Roseane Soares, Sergio Cahu, Socorro Valois, Ricardo Lima, Tarcisio Augusto e Vitor Caiaffo.

Aos amigos de Jornada Alexandre Cordeiro, Antonio Lima, Cristiano Simião, João Victor, Jessica Monte, Hugo Santos e Tiago Souza, podem contar comigo sempre.

Aos mestres supervisores do PIBID, Eduardo Jorge, Erika Suruagy e Rosângela Lindoso, cujo aprendizado proporcionado, eleva-nos a outro nível de compreensão humana e solidária.

Aos docentes da Escola Ministro Jarbas Passarinho, o seu gestor Marcos Vinicius, um amigo para toda hora, a minha exigente orientadora Yonara Andrade e a não menos exigente Ana Roberta, que me ensinou os primeiros passos na profissão no chão de escola, com carinho e dedicação.

Ao professor Luis Carlos Bispo, meu preceptor na escola Cândido Duarte, ao realizar a residência pedagógica.

A professora Cleide Barcelos, que nos mostrou que é possível amar ao próximo apenas executando o ofício que se destinou a cumprir.

RESUMO

A Educação Física é um componente curricular obrigatório na educação básica segundo a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, porém, a Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, utiliza a própria lei para justificar a retirada deste componente curricular nos anos iniciais de sua rede de ensino, transferindo a responsabilidade das aulas e atividades relativas à Educação Física aos professores polivalentes responsáveis pelas turmas, entretanto, mesmo diante das manifestações das entidades de classe e Conselho representante dos profissionais da área, o posicionamento do poder municipal não foi alterado. Ao tratarmos da infância procuramos entender as particularidades inerentes à fase do desenvolvimento, os ciclos de aprendizagens onde as crianças se encontram, a construção de um conhecimento através de uma visão histórica e social com desafio de obter uma educação direcionada ao entendimento do outro, as diferenças de cultura, etnia, religião, gênero e classe social, aliado ao desempenho do professor de Educação Física, compreendendo a possibilidade de dialogar com vários campos do conhecimento. Evidenciamos neste trabalho a importância do professor de Educação Física nesta fase escolar tão relevante para o desenvolvimento da criança, abordando de forma objetiva e necessária sua inserção, conjuntamente com os(as) professores(as) polivalentes, a fim de oportunizar aos alunos nos anos iniciais uma formação completa, por profissionais com a formação adequada, que possam estabelecer uma relação de ensino-aprendizagem de qualidade em consonância com a teoria-prática, com o objetivo de melhor interpretar a cultura corporal.

Palavras-Chave: Anos iniciais, Educação Física, professores polivalentes.

ABSTRACT

Physical Education is a compulsory curricular component in basic education according to the National Education Guidelines (LDB) Law of 1996, however, the Education Department of the Municipality of Recife uses the law itself to justify the withdrawal of this curricular component in the school teachers, transferring the responsibility of classes and activities related to Physical Education to the multipurpose teachers responsible for the classes, however, even in the face of the manifestations of the class entities and Council representative of the professionals of the area, the positioning of municipal power does not was changed. When we deal with infancy, we try to understand the particularities inherent in the development phase, the cycles of learning where children meet, the construction of knowledge through a historical and social vision with the challenge of obtaining an education directed to the understanding of the other, the differences culture, ethnicity, religion, gender and social class, allied to the performance of the Physical Education teacher, including the possibility of dialogue with various fields of knowledge. We show in this work the importance of the Physical Education teacher at this school stage so relevant to the development of the child, approaching in an objective and necessary way its insertion, together with the multipurpose teachers, in order to give the students of the series initiates a complete formation, by professionals with appropriate training, who can establish a quality teaching-learning relationship in line with theory-practice, in order to better interpret body culture.

Key words: Initial Series, Physical Education, multipurpose teachers.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a importância do professor de Educação Física nos anos iniciais, refletindo sobre a necessidade do trabalho pedagógico construído coletivamente entre o professor de Educação Física e os(as) professores(as) polivalentes.

A definição do tema surge, em um primeiro momento, através de uma necessidade social de reconhecer a importância da Educação Física enquanto componente curricular obrigatório na escola, no sentido de contribuir significativamente na formação de crianças e jovens, na apropriação do conhecimento em torno dos temas da cultura corporal relacionados ao jogo, a brincadeira, a dança, a ginástica, a luta e o esporte, e tantas outras práticas corporais.

Além disso, a discussão em torno nos anos iniciais no Ensino Fundamental não tem ocupado, no currículo de formação de licenciados em Educação Física, lugar de destaque com disciplinas que possam de modo objetivo, aprofundar o que diz respeito a este nível de escolarização, pois, só existe o componente curricular de Metodologia do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, na grade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE, que não trata diretamente sobre o tema em questão, este componente, promove uma discussão sobre as teorias das várias correntes pedagógicas existentes na educação física brasileira e suas aplicações e implicações educacionais no âmbito escolar. Realiza ainda, uma abordagem no processo de ensino-aprendizagem, através da observação da reflexão e da discussão da educação física, com foco na problematização do planejamento, da organização, do desenvolvimento e da avaliação de temas da cultura de movimento.

Há, contudo, um esforço da disciplina de Estágio Supervisionado em abordar o trato com o conhecimento no ensino fundamental em seus anos iniciais, por meio de observações e leituras a respeito da temática, cujas experiências realizadas no campo permitiram um olhar específico sobre a carência das escolas e das crianças em conhecer, experimentar as práticas corporais desde pequenos.

Sendo assim, a Educação Física escolar estabelece esta relação de consciência, onde sua função social esta diretamente ligada a um projeto político-pedagógico no âmbito do currículo escolar, tornando de forma objetiva sua participação neste processo, através de uma intervenção intencional determinada pelas realizações de reflexões sobre ações de interesses coletivos e sociais de caráter pedagógico e político, abandonando o estigma do chão da escola, que a caracteriza como um componente curricular “vazio”, elevando-a ao status de componente curricular crítico e de formação cidadã.

É fundamental para essa perspectiva da prática pedagógica da Educação Física o desenvolvimento da noção de historicidade da cultura corporal. É preciso que o aluno entenda que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando etc. Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.39).

Por outro lado, entende-se o caráter tecnicista conferido a Educação Física escolar, uma vez que em sua trajetória histórica evidencia-se seu uso terapêutico e medicinal, defendendo a ideia de corpo saudável para fins militares e patrióticos, a apropriação deste corpo como instrumento para realização de trabalhos ligados a produção de bens de consumo e a esportivização, onde se buscava alcançar rendimentos atléticos e esportivos.

Assim, conscientes ou dotados de consciência crítica, os sujeitos poderão agir autônoma e criticamente na esfera da cultura corporal ou de movimento e também agir de forma transformadora como cidadãos políticos. (BRACHT, 1999, p.81).

Neste sentido, ao iniciar os componentes curriculares Estágio Supervisionado Obrigatório I e Estágio Supervisionado Obrigatório II, nas turmas dos 5º (2017.1) e 6º (2017.2) períodos respectivamente do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o campo de estagio foi direcionado para a turma do 1º ano dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal, pertencente à Rede de Ensino da Prefeitura Municipal da Cidade de Recife, escola esta, que possui boa estrutura física, com salas de aula, biblioteca, salas de jogos eletrônicos para atividades pedagógicas, denominada sala de Lego,

uma quadra poliesportiva tomada pela comunidade local e sem uso para a escola, e pátio amplo para desenvolvimento de diversas atividades. A turma do 1º ano possuía 24 alunos em uma faixa etária de 6 a 8 anos, pertencentes a comunidade local. Na fase de observação e diagnose da escola, ficou constatado que a mesma não possuía professores de Educação Física, uma vez que a Prefeitura da Cidade do Recife não mais contratava estes profissionais para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo substituídos por professores (as) “polivalentes”.

Segundo a professora responsável pela turma, tal determinação ocorreu através expedição de um ofício emitido pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, exigindo ainda que os conteúdos e cadernetas referentes as atividade de Educação Física fossem preenchidos por estes professores. Mesmo diante da não aceitação do ofício pelos professores da Rede Municipal de Educação, tal ofício não foi revogado e até a presente data. Situação semelhante encontrei em outra escola, ao desenvolver atividades de campo no chão da escola do Componente Curricular Metodologia do Ensino do Jogo, também do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE, escola esta, pertencente à mesma rede de ensino, portanto, não existem professores de Educação Física nos anos iniciais, as turmas ficam sob a responsabilidade dos professores (as) polivalentes nos anos em que estão envolvidos.

De acordo com o Coletivo de Autores (1992), a Educação Física escolar defendida pela Proposta Pedagógica Crítico-Superadora, afirma que é possível conceber a organização dos saberes escolares de forma crítica, em que o conhecimento vai se articular de forma contínua, estruturada de forma cíclica, e vai se ampliando de acordo com momentos ou fases, que passam pela constatação, interpretação, compreensão, atingindo a explicação dos dados da realidade.

Assim, são de suma importância, as atividades da Educação Física nos anos iniciais, onde os alunos estão, segundo a proposta, no 1º e 2º ciclos de aprendizagem:

O primeiro ciclo vai da pré-escola até a 3ª série. É o ciclo de organização da identidade dos dados da realidade. Nele o aluno encontra-se no momento da síncrese. Tem uma visão sincrética da realidade. Os dados aparecem (são identificados) de forma difusa, misturados. Cabe à escola, particularmente ao professor, organizar a identificação desses dados constatados e descritos pelo aluno para

que ele possa formar sistemas, encontrar as relações entre as coisas, identificando as semelhanças e as diferenças. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.35)

O Coletivo de Autores (1992), ainda acrescenta que neste momento o aluno encontra-se no momento da “experiência sensível”, onde as referências sensoriais em relação ao conhecimento são prevaletentes e que o salto qualitativo neste ciclo acontece quando o aluno consegue categorizar os objetos, classificá-los e associá-los.

O segundo ciclo vai da 4ª à 6ª anos. É o ciclo de iniciação à sistematização do conhecimento. Nele o aluno vai adquirindo a consciência de sua atividade mental, suas possibilidades de abstração, confronta os dados da realidade com as representações do seu pensamento sobre eles. Começa a estabelecer nexos, dependências e relações complexas, representadas no conceito e no real aparente, ou seja, no aparecer social. Ele dá um salto qualitativo quando começa a estabelecer generalizações. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.35)

A mesma proposta pedagógica subsidia os Parâmetros Curriculares para Educação Física do Estado de Pernambuco em todas as suas versões, documento elaborado para as escolas pertencentes à Rede Estadual de Educação, que por sua vez contempla os ciclos relacionados ao ensino fundamental e seus anos iniciais, uma vez que nem todos os municípios de nosso Estado possuem propostas curriculares, ainda que seja de sua responsabilidade apresentar uma orientação aos professores (as).

Este trabalho evidencia a importância da Educação Física escolar nos anos iniciais, no tocante a formação do aluno sob a luz do paradigma crítico superador, onde as condições do conhecimento são baseadas nas práticas corporais construídas historicamente pela humanidade, associado aos 05 (cinco) momentos do método dialético de transmissão do conhecimento: a prática social inicial, a problematização, a instrumentalização, a catarse e a prática social modificada (MARSIGLIA, 2011).

Desse modo, procura mostrar o contraditório na atitude unilateral da Prefeitura Municipal do Recife, em negligenciar aos alunos nos anos iniciais os conteúdos ofertados da Educação Física escolar em seus ciclos de escolarização e

aprendizagem, em detrimento de uma formação incompleta, ofertada por profissionais sem a formação necessária, que é adquirida nos cursos de licenciatura.

Sobre a Rede de Ensino da Prefeitura Municipal da Cidade do Recife, estruturada através de sua Secretaria de Educação Municipal, a mesma possui 320 unidades de ensino e aproximadamente 90 mil alunos e com 50 professores de Educação Física em seus quadros.

Ao tomar a atitude de excluir o professor de Educação Física nos anos iniciais, o poder público municipal, nega aos seus alunos o direito de terem aulas com professores formados para este fim, contrariando a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que trata em seu cerne sobre a Educação Física escolar:

ART 26, da Lei 9.394/96. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2017, p.19)

ART 26, § 3º, da Lei 9.394/96. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno (BRASIL, 2017, p.20).

Apesar do posicionamento da Lei que garante a língua portuguesa e a matemática, assim como a Educação Física e o possível conhecimento prévio de que os cursos de nível médio na modalidade Normal, não contemplam em seus currículos de formação conhecimentos sobre a Educação Física escolar, a Prefeitura do Recife, através de sua Secretaria de Educação, edita em 28 de abril de 2015, o Ofício Circular 122/2015, enviando-o aos dirigentes das escolas da rede:

Art. 62, da Lei 9.394/96. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal [...] Informamos que a legislação que obriga a oferta de aula/conteúdo de Educação Física, até o 5º ano desobriga ser

professor licenciado, valendo para todos os componentes curriculares. Portanto, o componente curricular Educação Física será trabalhado e avaliado nos anos iniciais do Ensino Fundamental como consta na malha curricular da Política de Ensino. (Ofício Circular N° 122, Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, 2015).

Mesmo possuindo em seus quadros professores de Educação Física, a Prefeitura do Recife não contempla aos anos iniciais este componente curricular, como vimos anteriormente. Não considera a possibilidade do trabalho conjunto entre o professor de Educação Física e a professora polivalente, trabalho este que proporciona uma formação completa e uniforme no desenvolvimento corporal da criança.

Contudo, em Audiência Pública (Anexo 1), realizada pela vereadora Isabella de Roldão, datada em 14 de setembro de 2015 na Câmara Municipal do Recife, foi debatido o tema “Educação Física nas Escolas Municipais do Recife”, evidenciando o Ofício Circular 122/2015 (ANEXO 2), momento que foram apresentados questionamentos referentes ao ofício.

Desde o conhecimento do Ofício Circular 122/2015, enviado as escolas pertencentes à rede, pela Secretaria de Educação, os professores e o Conselho Regional de Educação Física (CREF12/PE-AL), articulam-se com o intuito de anulá-lo, pois, existe o entendimento que a Educação Física é uma profissão regulamentada e todas as atividades referentes a ela devem ser desenvolvidas por profissionais habilitados.

Compareceram a audiência o Secretário Executivo de Educação do Recife, a Presidente do Conselho Regional de Educação Física 12ª Região, a coordenadora geral do Sindicato dos Professores do Recife (SIMPERE), e o vice-presidente do Conselho Regional de Educação Física 6ª Região (Minas Gerais).

Ainda sobre o questionamento ao Ofício 122/2015 da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, o Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (CREF12/PE-AL), posicionou-se através de um artigo sob o título: “É direito constitucional do discente, ter o profissional de educação física, devidamente habilitado, para lhe ofertar conteúdo e avaliação de aprendizagem na educação básica”, onde traz à luz a Constituição de 1988, o direito a educação básica de cada brasileiro e as conseqüentes melhorias a qualidade de ensino.

O artigo relata os questionamentos à Prefeitura da Cidade do Recife, através dos seus secretários, e as respostas obtidas variam desde ao cumprimento do que determina a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e a Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo comprometimento já se encontra em níveis a ultrapassá-la.

Foram realizadas Reuniões e Audiências Públicas, discutindo não apenas as repercussões jurídicas, mas também, a abordagem pedagógica, envolvendo diversos segmentos da sociedade (Sindicato Municipal, Câmara de Vereadores, Ministério Público, sistema CONFEF/CREFs), demonstrando a importância de se ter um Profissional de Educação Física, devidamente habilitado para desenvolver suas atividades na Educação Básica, como um direito do discente. (CREF12/PE-AL, 2015, p.2)

Ressalta ainda, que a Lei 9696/98 de 1º de setembro de 1998, regulamentou a profissão de Educação Física, dando direitos apenas aqueles que possuem habilitação que implica na formação e a capacidade de atuar, entregando a sociedade o privilégio de possuir profissionais devidamente habilitados para oferecer com qualidade os serviços e conhecimentos por eles adquiridos em suas formações, não a contrapondo ou colocando-se inferior a LDB, mas simplesmente complementado-a.

Entretanto a resolução 07/2010 em seu Artigo 31, do CNE/CEB, trouxe um texto contraditório a uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional, a qual disciplinou uma norma de eficácia contida, presente no universo constitucional. Um artigo de uma resolução, que não tem eficácia jurídica, ou seja, “nasceu morta” uma expressão utilizada no meio jurídico.

Art. 31 Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes. (BRASIL, 2015).

O CREF12/PE-AL, conclui que a orientação dada pela Prefeitura da Cidade do Recife precariza as aulas de Educação Física nos anos iniciais, privando as crianças e adolescentes da educação básica de receberem o conhecimento adequado, de quem está devidamente qualificado para exercer a profissão e incorrendo em exercício ilegal da profissão seus professores dos anos iniciais.

Ainda sobre o assunto, em 29 de março de 2019, foi realizada nova Audiência Pública (Anexo 3), na Câmara Municipal do Recife, com o tema: “Os Desafios da

Educação Física no Município do Recife”, que além de tratar da questão dos professores de Educação Física nas aulas da educação básica, tratou de outras questões relacionadas à área. A audiência foi proposta pelo vereador Rinaldo Júnior e contou com a presença da presidente do CREF12/PE e conselheiros.

Sabemos que a criança utiliza seu corpo para comunicar-se e expressar-se, demonstra tristeza, alegria, situações espontâneas como gostar ou não gostar, assim, o trabalho da cultura corporal, através da Educação Física tem relevância significativa nesta fase do desenvolvimento infantil.

Compreendemos, então, que a Educação Física tem um papel fundamental na Educação Infantil, pela possibilidade de proporcionar às crianças uma diversidade de experiências através de situações nas quais elas possam criar, inventar, descobrir movimentos novos, reelaborar conceitos e idéias sobre o movimento e suas ações. (Revista Ibero Americana de Educación 47/3, 2008, p.1)

O papel da professora polivalente no momento das Aulas de Educação Física, além de “abre alas” de caráter introdutório, é um “termômetro” para medir o temperamento e as condições pessoais de cada criança, pois a mesma permanece com as crianças na maioria do tempo, sendo encarregada não só pela alfabetização das crianças, mas por todas as situações que envolvem a criança desde o chão de escola até sua casa e sua comunidade, a confiança na professora, adquirida através da vivencia em sala de aula, é uma importante ferramenta para o sucesso do trabalho.

A Educação Infantil e anos iniciais são fases importantes, onde a criança desenvolve experiências motoras e cognitivas diversas, é base para a construção de uma prática corporal sequenciada, respeitando os ciclos de aprendizagem, onde ao término cada ciclo, a confiança nas execuções dos movimentos aumente de forma gradativa com a finalidade de conseguir executar movimentos cada vez mais complexos, como os existentes na dança, na luta, nos jogos, na ginástica e nos esportes.

O planejamento nesta fase, ao ser realizado com a professora polivalente propicia aulas de acordo com o objetivo pedagógico específico, respeitando as individualidades, características, habilidades e estruturas das turmas, utilizando elementos lúdicos para realizações das atividades, tais como jogos e brincadeiras,

não sendo direcionado para uma especialização precoce, para os elementos da cultura corporal (D'AVILA e SILVA, 2018).

Ao realizar as atividades desenvolvidas no chão de escola, foi perceptível o interesse dos alunos nos anos iniciais no tocante a prática de movimentos corporais nas intervenções, alunos de outras turmas queriam participar das intervenções, demonstravam com este intuito, que sabiam correr, saltar, jogar capoeira e bola. Quando as intervenções ocorriam no pátio da escola, todos ficavam olhando atentos de suas janelas, ao sair da sala de aula, perguntavam quando iríamos as suas salas.

De imediato a presença de licenciandos em Educação Física causou um impacto positivo.

Nas intervenções do estágio o período de permanência foi maior, conseguimos criar um ambiente propício a prática das atividades utilizando recursos da escola, bem como, nossos recursos.

Elaboramos uma atividade após a observação de uma aula de alfabetização cuja temática era de um “baú de surpresas”, onde as crianças identificavam os objetos que se encontravam no interior deste baú, associavam a primeira letra de cada objeto e formavam a palavra que os nomeavam. Tais objetos eram: um pião, um rói-rói, um Mané Gostoso, um ioiô e uma peteca.

Para criar nossa intervenção, utilizamos o conteúdo do componente curricular Ginástica, onde, com o movimento de cada objeto os alunos executavam um movimento similar através de saltos, rolamentos, giros e corridas. As atividades de observação e regência foram realizadas dentro da sala de aula com prejuízo de espaço, porém, com a aceitação dos alunos.

Uma segunda intervenção foi realizada também, observando o conteúdo aplicado na Sala de Lego, as crianças neste ambiente utilizam jogos e aplicativos em meios eletrônicos como auxiliares no processo de aprendizagem. Nesta aula, utilizaram um “tablet” com aplicativos de alfabetização para formação de palavras. Ao finalizar as tarefas lhes foram permitido jogar na mesma plataforma o jogo a “Era do Gelo”, que contemplam as personagens da animação infantil sucesso entre as crianças. No jogo as personagens realizavam vários movimentos corporais, como saltar, equilibrar, correr, pular, agachar e rolar, com o objetivo de ultrapassar as fases.

O jogo nos inspirou a idealizarmos uma atividade desenvolvida no pátio da escola, que possui um espaço amplo, bancos extensos de concreto e excelente asseio. Criamos um circuito com fases, que para ultrapassá-las as crianças deveriam realizar movimentos como os das personagens do jogo: saltando um lago desenhado no chão, equilibrando-se sob a extensão do banco de concreto, correr até uma fase para pular cordas no chão, por fim agachar e rolar sob uma superfície emborrachada.

A atividade chamou toda a atenção da escola, alunos de outras séries manifestaram o interesse em participar da atividade, nos perguntando quando iríamos para suas salas fazer o mesmo. Um aluno também de outra turma, veio nos mostrar suas habilidades nos movimentos, a fim de ser incluído em uma próxima intervenção. Entre os componentes da turma que estagiamos, destaco uma aluna que sempre se escondia embaixo das carteiras no início das aulas, a professora responsável relatou que já havia procurado a família para investigar possíveis problemas, mas não encontrou nada que pudesse interferir no comportamento da criança.

No decorrer do estágio, em determinado momento, esta aluna não mais se escondia embaixo das carteiras, e para nossa satisfação, corria em nossa direção “brigando” para ser a primeira a participar das atividades, fato que também surpreendeu a professora.

Repeti a experiência em outra escola da rede, desenvolvendo 03 (três) intervenções como atividade obrigatória do componente curricular Metodologia do Ensino dos Jogos, onde, cada intervenção era de 01h: 20min (uma hora e vinte minutos) totalizando 04h: 00 (quatro horas), em uma turma do 5º (quinto) ano.

A primeira intervenção tinha como objetivo a sistematização do conhecimento e a experiência do que é jogo esportivo, através de uma aula de caráter prático dividida em 03 (Três momentos):

1º Momento: Resgatamos conhecimento dos alunos, através de argumentação teórica e demonstração das diferenças entre jogo e esporte, através dos conceitos de ambos.

Após a demonstração, foram oferecidas revistas aos alunos, onde os mesmos identificaram imagens relacionadas a jogos e esportes, destacando-as para o debate sobre o tema;

2° Momento: Foi sugerido um jogo esportivo, o handebol, aos alunos, com sua prática desenvolvida em área destinada para o fim, uma vez que a escola não possui quadra poliesportiva. Neste momento foi vivenciando na prática os conceitos de jogo e esporte.

3° Momento: Finalização em sala de aula, fixando o conteúdo através de debate com os alunos sobre os conceitos de jogo e esporte.

A segunda intervenção tinha como objetivo sistematizar o conhecimento sobre as modificações corporais das funções vitais que ocorrem durante as experiências práticas com jogos esportivos, através de uma aula de caráter prático dividida em 03 (Três momentos):

1° Momento: Demonstramos através de argumentação teórica os conceitos de Frequência Cardíaca (FC) e Pressão Arterial (PA), realizamos suas aferições e resultados antes da prática de atividade física.

2° Momento: Sugerimos que os alunos escolhessem um jogo que envolvesse corridas e saltos.

3° Momento: Finalizamos em sala de aula, realizando novas aferições de Frequência Cardíaca (FC) e Pressão Arterial (PA), comparando os resultados anteriores e posteriores à atividade física, promovendo o debate sobre as variações das funções vitais.

A terceira intervenção tinha como objetivo sistematizar os conceitos de vitória e derrota como parte integrante dos jogos esportivos, através de uma aula de caráter prático dividida em 03 (Três momentos):

1° Momento: Demonstramos através de argumentação teórica os conceitos de valores atitudinais, como honestidade, camaradagem, espírito de corpo, altruísmo, cooperação e respeito, nas práticas de jogos esportivos.

2° Momento: Conceituamos vitória e derrota, seus fundamentos que integram os jogos esportivos.

3° Momento: Realizamos o jogo “Bola do Capitão”, com a demonstração dos conceitos e fundamentos junto com a prática.

Ao término das intervenções podemos constatar em conjunto com a gestão da escola, a satisfação da professora responsável pela turma, bem como a dos próprios alunos, que ressaltaram a importância das intervenções relacionando conhecimentos até então obtidos de forma isolada, com o protagonismo de uma

ferramenta como jogos, que promove de forma lúdica a compreensão de novos conhecimentos, oportunizando a participação de todos os alunos neste processo. É importante ressaltar que na aferição da Pressão Arterial (PA) identificamos um aluno que apresentava hipertensão, fato que foi logo informado a gestão da escola.

Ao utilizar o conjunto de conhecimentos entre os profissionais envolvidos, neste caso o (a) professor (a) polivalente e o (a) professor (a) de Educação Física, serão ultrapassadas barreiras que vão além da escola, realizando a intersecção entre escola, família e comunidade, devolvendo a esta última pessoas capazes de discernir sobre sua condição social através do corpo. Contextualmente, a responsabilidade que o professor de Educação Física pode exercer no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança passa a ser reconhecida, representando um avanço pela possibilidade de se construir um novo caminho, através de intervenções pedagógicas da Educação Física nos anos iniciais.

Nesse sentido, este trabalho propõe desenvolver um estudo bibliográfico, que apresente os fundamentos ligados as questões inerentes ao tema a ser pesquisado. Tal pesquisa é realizada a partir do levantamento de referenciais teóricos já analisados e publicados, através de meios escritos e eletrônicos, por livros, artigos científicos e web sites, a fim de recolher informações a cerca do problema a ser investigado e o qual se procura resposta (FONSECA, 2002, *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA). Toda pesquisa, inicialmente é realizada através de uma pesquisa bibliográfica, porém, seu procedimento baseia-se na busca do conhecimento já desenvolvido com a finalidade de confrontar o objeto a ser pesquisado, subsidiando elementos para fundamentar a resposta ou uma nova construção do conhecimento.

Para tanto, desenvolvemos o primeiro capítulo que aborda os aspectos da infância e a Educação Física nos anos iniciais a compreensão e seus contextos.

No segundo capítulo abordaremos a Educação Física nos anos iniciais, o papel do professor e a importância da Educação Física na fase de desenvolvimento da criança.

No terceiro capítulo expomos a parceria com o professor polivalente, as características e relação profissional, em benefício das crianças.

E nas considerações finais, apontamos nossa síntese sobre a pesquisa realizada e as tratativas para a resolução do problema.

2. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS.

Este capítulo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre os dois elementos entrelaçados e unidos entre si, que são o cerne deste trabalho: a infância e a Educação Física nos anos iniciais. Ao tratarmos os mesmos isoladamente, buscamos a compreensão dos seus conceitos e contextos, suas particularidades e importância no desenvolvimento do processo de aprendizagem, desenvolvimento infantil e preparação para as etapas seguintes do ensino fundamental, bem como, a relevância dos atores envolvidos nas etapas iniciais, peças fundamentais para a formação destes estudantes, cujo período escolar está se iniciando, portanto se faz necessário um entendimento sobre a singularidade desta fase que se estende aproximadamente até os 10 anos de idade.

2.1. INFÂNCIA

Segundo Kramer (2007), no Brasil partir da década de 1960, através do trabalho pioneiro de Philippe Ariès, começa-se a despertar um estudo sobre o tema que envolve a concepção do sentimento da infância, reconhecendo-se a criança como um elemento diferente do adulto, revelando em sua obra este aparecimento do sentimento de infância em meados do século XVI, onde a imagem da criança é representada separadamente da do adulto. Acentuando-a ainda mais no decorrer do século XVII.

A autora acima afirma que na primeira idade é a infância que planta os dentes e essa idade começa quando a criança nasce e vai até os sete anos, aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa fase a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes. Assim, o sentido sobre a origem de um pensamento sobre a infância, assemelha-se a configuração de um novo ser.

(ARIÈS apud KRAMER 2007) sinaliza e analisa na sua obra *História Social da Criança e da Família*, o surgimento do sentimento de infância na sociedade moderna e a visão sobre a partir de sua construção histórica e social, inserindo as crianças, definindo seus papéis e atribuições a partir da organização da sociedade, gerando o

entendimento de que a infância não existiu sempre de forma igualitária surgindo com a sociedade capitalista urbano-industrial, quando a inserção e o papel social da criança eram modificados em sua comunidade.

Este estudo nos mostra o seguinte aprendizado: a condição e a natureza histórica e social das crianças; a necessidade de pesquisas que aprofundem o conhecimento sobre as crianças em diferentes contextos; e a importância de atuar considerando-se essa diversidade. (KRAMER, 2007).

Todavia a infância é uma fase de descobertas e percepções da realidade que nos cerca.

É preciso entender e atribuir um valor social a esta fase, compreendendo sua significância ideológica: a distribuição desigual do poder entre adultos e crianças tem razões sociais e ideológicas com conseqüências no controle da dominação de grupos, a dependência da criança em relação ao adulto, é fato social e não natural. (CHARLOT apud KRAMER 2007, p.14)

A antropologia também salienta o conhecimento e as diversidades da infância, suas práticas culturais entre crianças e adultos, assim, como as brincadeiras, atividades, músicas, histórias, valores e significados. A busca por uma psicologia com base na historicidade e na sociologia avança significativamente nos estudos relacionados à infância, os estudos teóricos de Vygotsky¹ e Wallon² nos debates com Piaget³, revelam esta condição.

Em uma sociedade desigual, o desempenho infantil em diversos contextos, evidencia diferentes papéis, pois, a suposição de infância moderna foi universalizada de acordo com padrões de crianças de classe média, a partir de critérios dependentes de adultos e idade, entretanto, é necessário considerar a diversidade nos aspectos sociais, culturais e políticos, como existentes no Brasil: nações indígenas, a escravidão dos negros, a marginalização da pobreza em considerável parte da população, o processo histórico construído através dos tempos, desde a

¹ Para Vygotsky a vivência em sociedade é essencial, pois, é a aprendizagem nas relações com os outros que construímos o conhecimento que permite nosso desenvolvimento mental;

² Para Wallon a criança é um ser essencialmente emocional e gradualmente vai se constituindo um ser sócio-cognitivo, que precisa da relação com outras pessoas para atingir tal condição, entende que a criança se desenvolve por estágios, mas não de maneira linear como defende Piaget;

³ Para Piaget, a criança constrói sua realidade como um ser humano singular, situação em que o cognitivo está em supremacia em relação ao social e o afetivo.

colonização até os dias atuais, impondo suas marcas no ditame relacionado à socialização de crianças e adultos.

A inquietação sobre o desaparecimento da infância permeia a mente de alguns pensadores, que questionam “de que infância falamos?”, pois as ações negativas contra as crianças e entre elas acontecem constantemente, como, violência sexual, física e moral, trabalho infantil, pobreza e abandono, demonstram que a infância estaria chegando ao fim.

Nesta era em que vivemos de modernidade e tecnologia com mídia e internet, as crianças tendo acesso a informações adultas, teria por expulsá-las mais rapidamente desta fase? É a infância que entra em crise ou a crise é do homem contemporâneo? A infância surge dentro de um modelo histórico e social moderno, onde a melhoria das condições sociais levaria a uma melhor experiência de vida, entretanto, tal condição reflete apenas dois olhares, um que preza por moralizar treinando, conduzindo e controlando a criança, e outro que opta em contradição ao primeiro, onde se paparica, achado-a engraçadinha, ingênua e pura.

Podemos refletir tendo como princípio uma perspectiva de educação infantil voltada para contemporaneidade ao qual podemos evidenciar a solidariedade, respeito as diferenças e o combate a desigualdade seja de qualquer tipo. Mas como problematizar estas questões, quando encontramos no chão de escola justamente ações contrárias, onde crianças riem uma das outras, humilham e são humilhadas, nossas práticas como educadores estão humanizando nossas crianças?

Temos como desafio obter este entendimento e uma educação com alicerces direcionados ao entendimento do outro, suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social e idade. Precisamos buscar a compreensão relacionada às possibilidades de interação entre crianças e adultos, dialogar com vários campos do conhecimento contribui para o agir.

Portanto, o conhecimento das ações e produções infantis, suas relações com o meio em que vivem, torna-se essencial para uma ação propositiva de mudança. Sem conhecer estas interações não há como educar em uma perspectiva de humanização que objetivam práticas educativas e solidárias, bem como a construção de um trabalho de qualidade de cunho coletivo que utilize ferramentas para enfrentar os desafios e transformar o presente, almejando o futuro.

2.1.2. EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS.

2.1.2.1. O PAPEL DO PROFESSOR.

No âmbito educacional, as crianças e jovens que estão na escola estão inseridos no mundo que os cerca, através das realidades econômicas, sociais, políticas e culturais, construídas através dos tempos, evidenciando sua historicidade como fonte desta conscientização e conseqüente transformação destas realidades, ou seja, do mundo em que vivem.

O homem, enquanto ser total, não pode prescindir da inteligência nas suas ações, inclusive motoras. É muito difícil – senão impossível estabelecer limites entre a aprendizagem motora e intelectual. Quando acontece a primeira, seguramente está ocorrendo segunda. A atividade física, havendo de ser aprendida, não pode ser considerada unicamente no plano motor. Apresenta também valores intelectuais. (OLIVEIRA 1983, p.91)

Sendo assim, o professor de Educação Física tem um papel importante na construção do conhecimento dos alunos, não no sentido de ser um agente de “instrução física” que gera para os profissionais da área num estereótipo negativo e “pré-requisito” para o exercício da profissão, condição esta que contribui para o desvirtuamento do perfil daquele profissional que utiliza a cultura corporal como elemento da Educação.

O professor deve envolver-se com o aluno, no sentido de oferecer-lhe condições e responsabilidades que extrapolam a prática corporal, não apenas fazer ginástica ou jogar futebol, mas transcender os limites do seu conhecimento técnico. A técnica por sua vez, além de indispensável, deve ser abordada como um meio, uma ferramenta para ser utilizada em seu próprio benefício na transmissão do conhecimento não só para atividades físicas, mas também intelectuais. (OLIVEIRA,1983).

Considerando a relação ensino-aprendizagem, o professor prima por uma intervenção consciente, assim, desenvolve no aluno uma reflexão, permitindo a possibilidade de recriar o conceito inicial apresentado sobre as atividades. Ao utilizar como referência pedagógica a Pedagogia Histórico Crítica (SAVIANI, 2005),

caracterizada por etapas importantes no processo de desenvolvimento do conhecimento, remete a importância desta relação.

As etapas deste processo são essas: A prática social inicial, a problematização, a instrumentalização, a catarse e a prática social modificada.

Seu método de ensino visa estimular a atividade e a iniciativa do professor; favorecer o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levar em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (GASPARIN E PETENUCCI, 2008, p. 4).

O professor deve trabalhar como um mediador, uma vez que a criança é dotada apenas de funções psicológicas elementares, como reflexos e atenção involuntária presentes em todos os animais mais desenvolvidos. Através do aprendizado cultural, estas funções básicas transformam-se em funções psicológicas superiores, como a consciência, planejamento e a deliberação, características estas exclusivas do homem, a vivência social é primordial na transformação do homem do seu estado biológico para o estado de ser humano. Essa evolução se dá pelas informações recebidas pelo meio em que vive, pelas pessoas que rodeiam a criança e trazem em si sentidos sociais e históricos.

A linguagem é muito importante, pois, é o principal instrumento de intermediação do conhecimento entre os seres humanos, relacionada diretamente com desenvolvimento psicológico (VYGOTSKY, 1996).

Ainda segundo Vygotsky (1996), a evolução do aprendizado é caracterizada por saltos qualitativos de um nível para outro. Para explicar este processo ele desenvolveu o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que é a distancia entre o desenvolvimento real, que se costuma determinar através de soluções independente dos problemas, onde a criança é capaz de fazer sozinha porque possui o conhecimento consolidado e o nível de potencial, determinado através da solução de um problema com a orientação ou intermediação de um adulto, onde a criança já está próxima de executar este problema, mas ainda não atingiu o conhecimento suficiente.

A criança tem boa parte do seu tempo dedicado à escola na sua fase de desenvolvimento infantil nos anos iniciais, a participação do professor nesta fase é

muito importante, pois, trabalha como mediador entre as crianças nas relações sociais que as cercam, a Educação Física, nesta fase, assim como outros componentes curriculares, interage com as diversas experiências vivenciadas pelos alunos, tratando segundo a teoria vygostkiana dos processos desenvolvimento psíquicos e fisiológicos de forma integrada, que vislumbra o desenvolvimento com práticas naturais envolvidas com as culturais, pois, suas bases não estão apenas direcionadas no indivíduo e sim no indivíduo e suas relações sociais (BASEI, 2008).

Assim, considerando estas proposições o professor deve conduzir o aprendizado, pois, desempenhará um papel ativo e participativo nas suas aulas, uma condição que se aproxima de uma prerrogativa para as atividades relacionadas à Educação Física e os movimentos da cultura corporal, uma vez que sua atuação está pautada em trazer o aluno para as intervenções propiciando um avanço no seu desenvolvimento, caracterizando o seu papel de condutor no processo.

2.1.2.2. EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS.

Discutir sobre a importância da Educação Física nos anos iniciais remete-me a experiência dos Componentes Curriculares Estágios Supervisionados I e II, e Metodologia do Ensino dos Jogos, ambos realizados em escolas da rede municipal de Educação da Prefeitura do Recife.

Como dito anteriormente, ao me deparar com a realidade das escolas, foi constatado que não existem professores de Educação Física nos anos iniciais, sendo este substituído por professores polivalentes que assistem as turmas.

Ao tratar dos anos iniciais, ressalto a importância da Educação Física nesta fase do desenvolvimento infantil, um momento onde a criança ao conviver com outras crianças, aprende a interagir dentro de um ambiente que rompe os limites de sua casa e comunidade, na expectativa de confrontar-se com novas experiências, bem como, sentir-se acolhida.

Uma das formas de interação com este novo ambiente é a linguagem corporal, onde através do seu corpo, a criança expressa seus sentimentos e emoções, nesta fase, a importância da prática de atividades relacionadas com a

Educação Física é relevante para o desenvolvimento motor, pois, neste momento que a criança começa a aperfeiçoar os movimentos.

Durante o processo de desenvolvimento, acontece uma união entre os movimentos construídos pela criança e os movimentos adquiridos de formas culturais e sociais em relação à sua individualidade, esta construção no desenvolvimento é dependente dos recursos biológicos, psicológicos e as condições do meio em que a criança vive. Esses movimentos muitas vezes surgem por imitação de adultos com quem convivem ou de outras crianças que as rodeiam.

A Educação Física, surge como uma mediadora neste processo de desenvolvimento, pois tem um papel importante, uma vez que, estrutura e adéqua o ambiente para a facilitação deste processo, ofertando experiências que promovem resultados, especificamente no desenvolvimento motor, mas também no cognitivo para planejar com os limites e necessidades.

É entendido que o movimento não acontece de forma isolada, existe uma intencionalidade, que pode ser tanto funcional como expressiva, determinada na maioria das vezes pela condição cultural, como a dança ou um jogo que utilize gestos configurados e estruturados por significados.

Por se tratar de uma área que se constitui no âmbito da educação é compreensível a realização de atividades motoras que objetivam o desenvolvimento de habilidades como, correr, saltar, saltitar, arremessar, empurrar, puxar, balançar, subir, descer, andar; da capacidade física como agilidade, destreza, velocidade, velocidade de reação; e das qualidades físicas como força, resistência muscular, resistência aeróbica e anaeróbica (SANT'ANNA, 2018). Contudo, no contexto da perspectiva Critico-Superadora, articulamos os saberes em torno do fenômeno jogo, dança, ginástica, luta e esporte, não cabendo as habilidades motoras um fim em si mesma.

O que se propõe para os anos iniciais é uma condição onde a criança possa ter acesso a um componente curricular completo, auxiliando-a na sua formação e desenvolvimento em cada período de sua vida, começando pela infância, evidenciando a cultura corporal como objeto de estudo da Educação Física, através da qual, o processo de apropriação da cultura e suas práticas corporais e a construção do conhecimento, é sua finalidade pedagógica.

3. A RELAÇÃO DO TRABALHO EM PARCERIA COM OS (AS) PROFESSORES (AS) POLIVALENTES.

Não podemos descaracterizar ou minorar a atuação dos professores (as) que assistem às aulas nos anos iniciais, eles tem uma grande relevância na nossa formação escolar, uma experiência que trazemos para toda a vida, quem não lembra a sua professora de anos iniciais? Então, como negar a sua importância?

Ao negar no currículo nos anos iniciais o componente curricular Educação Física, a Prefeitura do Recife coercitivamente transfere a responsabilidade da formação infantil voltada a cultura corporal para um profissional sem a formação adequada, responsabilizando-o inclusive pelo preenchimento do diário de classe referentes às atividades relacionadas à Educação Física, bem como, o planejamento destas atividades, porém, sem a devida formação, este profissional não consegue atingir a relação teoria-prática voltada para a área, fragilizando também a relação ensino-aprendizagem, que objetiva o desenvolvimento dos movimentos corporais através de etapas nos processos apresentados em ciclos de aprendizagem, para que as crianças apresentem saltos qualitativos na sua formação.

Então entendemos que a atuação do professor especialista na área, seria de fundamental importância para esta fase do desenvolvimento infantil e uma parceria entre os professores, polivalentes e de Educação Física, seria um enlace perfeito para os aprofundamentos pedagógicos relacionados à cultura corporal e a interação com a comunidade, a família e os responsáveis pelas crianças.

Analisando pelo envolvimento escola-comunidade-família, este viés trás elementos importantes e complementares, pois, o ambiente escolar passa ser uma extensão da vida das crianças, onde elas devem encontrar o mesmo acolhimento, ou até mais acolhimento, que encontram em seus lares em convívio dos seus familiares e outras crianças de sua vizinhança, promovendo uma troca rica e constante de experiências, associada ao seu desenvolvimento através da escola, uma vez que, estas crianças também realizam práticas corporais no seu ambiente de origem.

A Educação Física enquanto um componente curricular obrigatório está organizado numa estrutura curricular educacional de modo interdisciplinar, envolvendo conhecimentos advindos dos campos das diferentes ciências que subsidiam sua prática pedagógica na escola.

Dessa maneira, o professor de Educação Física, por meio de sua ação pedagógica, pode provocar o confronto entre os saberes dos estudantes com aqueles conhecimentos científicos elaborados sobre o jogo, a dança, a ginástica, o esporte e a luta, com o intuito de levar os jovens a identificar e compreender os temas estudados, de maneira sistematizada.

Isso permitirá a mudança acerca de uma possível visão deturpada do que é esta área, fazendo de suas aulas um momento de uma nova leitura de mundo. Para tanto, os professores de Educação Física necessitam, durante os anos da graduação, adquirir conhecimentos para transmitirem e debaterem com seus estudantes desde a Educação Infantil para que, ao chegarem ao Ensino Fundamental I, conheçam e saibam construir relações pessoais equilibradas e construtivas com os outros, respeitando as pessoas como seres diferentes e singulares que têm desempenho próprio, bem com, entendendo as diversas práticas corporais que estão presentes na cultura e suas aproximações e distanciamentos na escola.

Contudo, a aula de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental não tem sido garantida na escola, cabendo, de alguma forma, ao professor (a) polivalente da turma, trabalhar este componente curricular sem formação específica para garantir a apropriação do conhecimento científico da área. No dia a dia das escolas, comumente a professora nos anos iniciais do Ensino Fundamental é chamada de polivalente, o “faz-de-tudo” e não é formada para ministrar aulas de Educação Física. Segundo Pereira, Nista Piccolo e Santos (2009, p. 343.):

[...] a lei não determina quem deve ser o responsável pelas aulas dessa disciplina: se um professor especialista na área de Educação Física ou o próprio professor regente das aulas, denominado professor polivalente, por ficar com as crianças no período integral das aulas e desenvolver as demais disciplinas, ficando essa decisão a cargo dos sistemas de ensino estadual, municipal e privado.

A realidade das escolas infantis e os dizeres de Pereira, Nista Piccolo e Santos (2009) suscitam questionamentos: será que as redes de ensino estão apresentando aos professores polivalentes mais atribuições do que de fato a eles pertencem? Seria esta uma forma de tirar a legitimidade da Educação Física

escolar? Teriam os cursos de Pedagogia que preparar o pedagogo sobre conhecimentos tão amplos?

O termo “preparado” não é, especificamente, achar que pode dar conta, ou melhor, não ter medo de desenvolver as atividades para e com os alunos; é, sim, saber realizar as atividades de tal forma que permita ao aluno compreender, aprender e estimular seu desenvolvimento motor, a compreensão acerca da cultura corporal, sabendo ganhar e perder, trabalhar cooperativamente. Nisto Piccolo e Santos (2009, p. 343),

[...] A questão de “sentir-se preparado” não se refere apenas à autoconfiança do docente em relação às possíveis dificuldades para ministrar um componente curricular que foge às suas habilidades pedagógicas, mas à própria competência para esse exercício, que abarcaria os conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, seus interesses e necessidades, a compreensão da função e importância da Educação Física, não apenas para essas crianças, mas para todo o âmbito escolar, e a mobilização desses conhecimentos em ações pedagógicas durante as aulas.

O professor de Educação Física deve sempre estimular os alunos a fazerem a prática de diferentes atividades motoras, atividades que os incitem a andar, correr, saltar, pular, correr, engatinhar, rolar, rebater a bola, lançar a bola, chutar a bola, “quicar” a bola, andar equilibrando em uma corda, saltar cones, correr lateralmente entre os cones.

Dessa forma, os professores deverão ministrar suas aulas direcionadas de forma correta e adequada para cada idade, pois se trata de uma disciplina que tem o compromisso de oferecer o domínio do conhecimento científico em torno das práticas corporais, daí a necessidade de um professor qualificado que saiba não apenas mandar os alunos fazerem por fazer, e sim que saibam o valor e a importância com que cada atividade vai influenciar a vida do aluno e suas funções para seu desenvolvimento motor e também o processo psicomotor, afetivo, cognitivo do mesmo.

O professor se torna uma pessoa influente e significativa para a vida de seus alunos por meio de suas experiências adquiridas durante o seu viver cotidiano e de suas técnicas profissionais que se aprimoram no decorrer dos anos. Assim, ele pode trabalhar o conhecimento com os seus alunos, possibilitando-lhes ser um ser mais

crítico e autônomo, pois os alunos baseiam-se muito nas experiências dos seus professores.

Assim, o educador em sua atuação na escola não é neutro em sua relação com os alunos. Deste modo, seja em um diálogo, em uma instrução ou em uma crítica, ele articula em sua maneira de agir os costumes, as crenças nas quais ele acredita os valores que seus pais, na sua infância, lhe transmitiram (e que foram por eles reelaborados), além dos conceitos que foram apropriados por meio de suas relações sociais ao longo dos anos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho destaca inicialmente, a importância da Educação Física nos anos iniciais, apontando a concepção de infância, porque a partir dessa noção pode-se entender a forma como as crianças e as questões relacionadas a elas são tratadas e conduzidas. Também foi abordada a compreensão da Educação Física e sua relevância, a fim de perceber as intenções presentes para com a educação das crianças.

O papel da Educação Física na vida escolar do aluno é de suma importância, pois a compreensão sobre a cultura corporal permite ao aluno dominar, ainda que em níveis de complexidade diferentes, o conhecimento próprio desta área do conhecimento, pois a Educação Física deve prever a formação de base indispensável no desenvolvimento motor, afetivo e psicológico, dando oportunidade para que, por meio de jogos, do esporte, da dança, da ginástica, da luta e de atividades lúdicas, conscientize-se sobre seu corpo, e principalmente sobre sua própria realidade.

Desse modo, é imprescindível que as políticas de governo garantam que o professor de Educação Física seja contratado para desenvolver de fato um trabalho pedagógico da Educação Infantil ao Ensino Médio, especialmente porque, outras áreas do conhecimento na escola conseguem atender a todos os ciclos da aprendizagem, pois são abordados em todo processo de escolarização.

Na escola, as crianças têm a oportunidade de aprofundar o que sabem, e desenvolver sua própria autonomia. O papel do professor é criar no aluno condições de equilíbrio, desenvolver a interdisciplinaridade, e no caso nos anos iniciais, buscar parcerias com as professoras polivalentes.

Nesse sentido, mesmo de forma redundante e recorrente, a importância do professor de Educação Física nos anos iniciais por motivos que justificam a nossa existência como educadores: a qualificação adquirida nos cursos de graduação em licenciatura nas universidades públicas, onde investimentos são do erário são dispensados para a nossa formação e principalmente pela oportunidade de transformar a nossa sociedade através de um vetor tão nobre, a educação.

“- Adubos? De jeito nenhum! O Brasil tem as terras mais férteis do mundo.”
(BARRETO A. H. de Lima, *O triste fim de Policarpo Quaresma*, Porto Alegre, L&PM, p.43, 2010.)

“Porque se chamava homem, também se chamavam sonhos e sonhos não envelhecem.”

Clube da Esquina II, Flávio Venturini

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciano de; FENSTERSEIFER Paulo Evaldo. **A RELAÇÃO TEORIA PRÁTICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DESDOBRAMENTOS PARA PENSAR UM PROGRAMA MÍNIMO**. Revista Kinesis, Santa Maria, 2 vol 32. 2014.

BASEI, Andréa Paula. **A Educação Física na Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento das crianças**. Revista Ibero Americana de Educación, Santa Maria, v.47/3, p. 1-12, out. 2008.

BETTI, Mauro; ZULIANI, L. R. Revista **Mackenzie de Educação Física e Esporte**. V.I, n.1, p. 73-81, 2002.

BOSCHI, Claudio Augusto; ARAÚJO, Jorge Luiz de; HARROP, Nadja Regueira. **É DIREITO CONSTITUCIONAL DO DISCENTE, TER O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA LHE OFERTAR CONTEÚDO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Recife, Artigo CREF/12 5698-15634 – 1 SM, 2015.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 2ªed. São Paulo. Cortez, 2012.

RECIFE. Educação Física nas escolas municipais do Recife é tema de audiência. Recife 2015, Disponível em http://www.recife.pe.leg.br/noticias_antigas/educacao-fisica-nas-escolas-municipais-do-recife-e-tema-de-audiencia. Acesso em 26 de janeiro de 2019.

RECIFE. Os desafios da Educação Física no município do Recife. Recife 2019, Disponível em <https://www.cref12.org.br/2019/04/01/audiencia-publica-debate-a-situacao-da-educacao-fisica-em-recife/>. Acesso em 04 de julho de 2019.

D'AVILA, Alexandra da Silva; SILVA, Lisandra Oliveira e. **EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. Revista Kinesis, Santa Maria v.36 n.1, p. 44-57, jan - abr. 2018.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: a difícil e incontornável relação teoria prática**. Rio Grande do Sul, Revista Motrivivência, ano XIX, N° 28, 2007.

GASPARIN, João Luís; PETENUCCI, Maria Cristina. **PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA, DA TEORIA A PRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR**, 2008.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB). 2ª ed. – Lei N° 9.394/1996, estabelece diretrizes e bases para da educação nacional. Senado Federal, coordenação de edições técnicas. Brasília, 2018.

LOPES, Josiane. **VYGOSTSKY, O TEÓRICO SOCIAL DA INTELIGÊNCIA**. Nova Escola, Dezembro 1996.

KRAMER, Sônia. **ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – A Infância e sua singularidade**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica , 2007.

SANT'ANNA, Flavia. **A importância do desenvolvimento motor na educação infantil**. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-dos-colegios-salesiano-santa-teresinha/a-importancia-do-desenvolvimento-motor-na-educacao-infantil/>. Acesso em 4 de julho de 2019.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2011.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Métodos de Pesquisa - A pesquisa Científica. Und 2**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

MARSIGLIA, A. C. GALVÃO. **A Prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea).

OFÍCIO CIRCULAR Nº. 122 /2015 – GAB/SE – Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação. Recife, 2015.

OLIVEIRA, Vítor Marinho de. **O que é Educação Física**. São Paulo, Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 2006.

PARÂMETROS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PARÂMETROS NA SALA DE AULA, ensino fundamental e médio de Educação Física. Secretaria de Educação. Pernambuco, 2013.

PEREIRA, Raquel Stoilov; NISTA-PICCOLO Vilma Leni; SANTOS, Sheila Aparecida Pereira dos. **A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS DA FASE INICIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL: OLHAR DO PROFESSOR POLIVALENTE**. Maringá, R. da Educação Física/UEM, v. 20, n. 3, p. 343-352, 3. trim. 2009.

6. ANEXOS

ANEXO 1

26/01/2019

Educação física nas escolas municipais do Recife é tema de audiência — Câmara Municipal do Recife - PE

- Acessibilidade
- Fale com a Câmara
- Ordem do Dia
- Webmail

Busca

buscar

[Ir para o conteúdo](#) | [Ir para a navegação](#)

Ferramentas Pessoais

• [Acessar](#)

[Página Inicial](#) > [Notícias](#) > educação física nas escolas municipais do Recife é tema de audiência

Educação física nas escolas municipais do Recife é tema de audiência

Recomendar 0 

Tweetar

Com o plenarinho da Câmara Municipal do Recife lotado por professores, a vereadora Isabella de Roldão (PDT) realizou audiência pública que debateu questões pertinentes ao Ofício Circular nº 122/2015, da Secretaria de Educação do Recife, que informa que os professores do 1º ao 5º ano serão os responsáveis por ministrar e avaliar as aulas de Educação Física nos 308 estabelecimentos de ensino municipais. O entendimento é que esse documento praticamente retira o professor licenciado em Educação Física da rede de ensino do Recife. "A decisão estabelece uma polêmica e precisamos encontrar uma saída. Dessa forma, os professores são expostos ao constrangimento de dar aula de uma área que eles não dominam e as crianças ficam expostas a riscos, com consequências irreversíveis", disse a vereadora.

Desde maio, quando tomou conhecimento do ofício circular nº122/2015, enviado pela Secretaria de Educação do Recife às escolas da rede municipal, o Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (CREF12/PE-AL) vem se articulando para tentar derrubá-lo. A vereadora Isabella de Roldão resolveu encampar a luta, com a realização da audiência pública, pois entende a Educação Física é uma profissão regulamentada, (Lei 9696/98) e todas as atividades referentes a ela devem ser desenvolvidas por profissionais habilitados pelo Sistema CONFEF/CREFs, sendo crime o exercício ilegal da profissão. Fizeram parte dos debates o secretário Executivo de Educação do Recife, Rogério Moraes; a presidente do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região, Nadja Regueira Harrop; a coordenadora Geral do Sindicato dos Professores do Recife (Simpere), Eunice Nascimento e o vice-presidente do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região (Minas Gerais), Adailton Magalhães. O vereador Carlos Gueiros (PTB) esteve presente.



Nadja Regueira Harrop disse que o Conselho Regional vem se reunindo com várias autoridades do setor, como o Secretário de Educação do Recife, Jorge Vieira, e com o secretário executivo, Rogério Moraes, que assinou o ofício, e outros membros da equipe pedagógica da secretaria, solicitando a revogação do documento. Também se reuniu com vereadores do Recife e com o secretário de Governo e Participação Social do Recife, Sileno Guedes, além do secretário executivo da pasta, Gabriel Leitão, sempre em busca da revogação, pois considera que o ofício é um equívoco. "A educação física é uma obrigação do currículo fundamental e essencial ao ensinamento. Queremos sua revogação. A Prefeitura do Recife está usurpando o direito de uma classe regulamentada. O Conselho entende que a PCR negligenciou com a educação física nas escolas", disse.

Nadja Regueira lembrou que o Recife tem 308 escolas, 98 mil alunos e 50 professores de educação física, sendo que 43 estão na regência das aulas e sete em atividades pedagógicas. "Menos de 10% dessas escolas têm espaço físico para as crianças se movimentarem e apenas 5% têm quadras para atividades físicas. Até mesmo as escolas de referência não têm espaço e conteúdo curricular de educação física. A Prefeitura do Recife lançou concurso para profissionais de educação física nas Academias da Cidade, por que não para as escolas?" questionou. Ela disse, ainda, que com a divulgação do ofício circular nº122/2015, a Secretaria de Educação do Recife está negando o direito das crianças da rede municipal de terem aulas de Educação Física de qualidade, ministradas por professores qualificados e habilitados.

Eunice Nascimento disse que o Sindicato dos Professores do Recife "não vai colaborar com esse trabalho que a Prefeitura quer imputar aos professores". Segundo ela, além de dar aula, o professor também terá que ministrar a educação física. E diante desse impasse, ou o professor terá que descumprir o ofício ou passar por cima da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDB). "Isso é uma pressão e um constrangimento, pois isso é exercício ilegal da profissão. Nós já nos reunimos em assembleia e decidimos que não vamos cumprir o ofício. Os professores de educação física têm que ser respeitados", disse. Eunice afirmou que o "Simpere está pronto para a luta, pois os professores não vão se submeter a esse estelionato pedagógico", afirmou.

Convidado para falar sobre a experiência de Minas Gerais, onde o Governo do Estado tomou decisão semelhante à da Prefeitura do Recife sobre os professores de educação física, Adailton Magalhães afirmou a solução encontrada foi a revogação da medida. Ele disse que em 2013, o Governo do Estado decidiu pela exclusão do professor licenciado de educação física da rede estadual. "O ambiente escolar ficou em clima de intimidação. Os professores foram muito assediados, temendo perder o emprego. Por isso, vale a pena lutar contra esse ofício. Vocês estão agindo corretamente, participando de audiência pública e recorrendo aos meios legais. Nós, do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região, estamos preparados para ajudar nessa luta", afirmou.

O secretário Executivo de Educação do Recife, Rogério Moraes, disse que os professores estão tentando criar uma falsa polêmica com a divulgação do ofício. "Colocamos no texto que os professores podem ser substituídos. Mas não dissemos que devem. Podem é diferente de devem. É o mesmo que diz a LDB. Portanto, não há motivo para polêmica", assegurou. Ele acrescentou, ainda, que esse ofício foi uma reedição do que a gestão anterior lançou em 2007. "Estranhamente, com o ofício daquele ano não houve polêmica". A publicação do documento, segundo ele, foi precedida por uma avaliação do educador e PhD Marcílio Souza. "Ele foi assessor do MEC e do Plano Nacional de Educação. Além disso, temos dois pareceres da

http://www.recife.pe.leg.br/noticias_antigas/educacao-fisica-nas-escolas-municipais-do-recife-e-tema-de-audiencia

1/3

26/01/2019

Educação física nas escolas municipais do Recife é tema de audiência — Câmara Municipal do Recife - PE

Câmara do Ensino Básico, do MEC, que nega a obrigação de essa função ser exercida exclusivamente pelo profissional de educação física", asseverou.

Rogério Moraes observou que essa documentação com o parecer do MEC comprova que se o professor regente de sala de aula também se responsabilizar pela educação física não configurará exercício ilegal da profissão. "Inclusive o nosso currículo tenta se adequar, para evitar essa situação", acrescentou. A intenção da Prefeitura do Recife, garantiu o secretário Executivo de Educação, é não revogar o ofício, apesar das manifestações dos professores. "Nossa postura será a do esclarecimento e vamos sempre manter o diálogo", garantiu. A PCR também não pretende realizar concurso público, disse ele, para professores de educação física, conforme foi solicitado no decorrer da audiência pública.

Em 14.09.2015, às 13h16.

Ações do documento

- [Imprimir](#)
- [Enviar](#)



CÂMARA MUNICIPAL DO
RECIFE
CASA DE JOSÉ MARIANO

[Institucional](#)

[Vereadores](#)

[Processos Legislativos](#)

[Legislação](#)

[Comissão Especial da Revisão da Lei Orgânica](#)

[Licitações](#)

[Galeria de Fotos](#)

[Agenda de Eventos](#)

[Palestras e Treinamentos](#)

[TV Web](#)

[Notícias](#)

EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECIFE É TEMA DE AUDIÊNCIA

REDES SOCIAIS



NOSSOS VEREADORES



Fred Ferreira

Fred Ferreira tem 39 anos, nasceu no Recife. É casado com Alessandra Ferreira e pai de duas filhas. É formado em Administração de Empresas e se engajou na política ao coordenar as três últimas campanhas eleitorais dos candidatos André Ferreira (deputado estadual) mas que foi vereador do Recife por três mandatos e Anderson Ferreira (atualmente prefeito de Igarassu dos Guararapes) mas antes exerceu dois mandatos de deputado federal. O sobrenome "Ferreira" foi incorporado porque esta família tem feito política de forma diferenciada e Fred faz parte dela.

[>>>>](#)

[Todos os vereadores](#)

« Janeiro 2019 »

Janeiro

Do Se Te Qu Qu Se Sa

http://www.recife.pe.leg.br/noticias_antigas/educacao-fisica-nas-escolas-municipais-do-recife-e-tema-de-audiencia

2/3

Ativar o Windows
Acesse as configurações do Windows para ativar o Windows

ANEXO 2



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Recife, 28 de abril de 2015.
Ofício Circular nº. 122 /2015 – GAB/SE

Senhores Dirigentes,

Segundo a LDB (LEI 9.394/1996):

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, (...).

(...)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Informamos que a legislação que obriga a oferta de aula/conteúdo de Educação Física, até o 5º ano desobriga ser professor licenciado, valendo para todos os componentes curriculares. Portanto, o componente curricular Educação Física será trabalhado e avaliado nos anos iniciais do Ensino Fundamental como consta na malha curricular da Política de Ensino.

Quanto ao Diário de Classe, este deverá ser preenchido e finalizado seguindo as mesmas orientações dos demais componentes curriculares.

Diante do exposto, informamos que nosso objetivo é garantir ao estudante acesso ao conhecimento e sua participação em todas as atividades necessárias ao seu desenvolvimento integral.

Solicitamos que este Ofício Circular seja impresso e afixado na sala dos professores ou em local de fácil acesso para sua ampla divulgação. Em caso de dúvidas, ligar para a Gerência Geral de Política e Formação Pedagógica, no telefone 3355-5852.

Na oportunidade, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ROGÉRIO DE MELO MORAIS
Secretário Executivo de Gestão Pedagógica
Secretaria de Educação do Recife

Senhores
DIRIGENTES E GESTORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

CAIS DO APOLO, 925 – 4º ANDAR – CEP 50.030-230 – RECIFE-PE – FONE: 3355.9134 – FAX: 3355.9159

Ativar o Windows
Acesse as configurações do computador para
ativar o Windows.

ANEXO 3

29/07/2019 Rinaldo Junior debate os desafios dos profissionais de educação física — Câmara Municipal do Recife - PE

Este é o cache do Google de http://www.recife.pe.leg.br/noticias_antigas/rinaldo-junior-debate-os-desafios-dos-profissionais-de-educacao-fisica. Ele é um instantâneo da página com a aparência que ela tinha em 27 Jul. 2019 12:24:47 GMT. A página atual pode ter sido alterada nesse meio tempo. [Saiba mais.](#)

Versão completa [Versão somente texto](#) [Ver código-fonte](#)

Dica: para localizar rapidamente o termo de pesquisa nesta página, pressione **Ctrl+F** ou **⌘-F** (Mac) e use a barra de localização.

- [Acessibilidade](#)
- [Fale com a Câmara](#)
- [Ordem do Dia](#)
- [Webmail](#)

Busca

[Ir para o conteúdo.](#) | [Ir para a navegação](#)

Busca

apenas nesta seção

[Busca Avançada...](#)

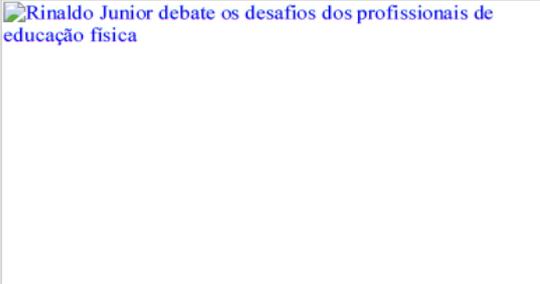
Ferramentas Pessoais

- [Acessar](#)

Você está aqui: [Página Inicial](#) > [Notícias](#) > Rinaldo Junior debate os desafios dos profissionais de educação física

Rinaldo Junior debate os desafios dos profissionais de educação física

Está na lei, mas nem sempre as prefeituras municipais cumprem: as escolas do ensino fundamental são obrigadas a ter professores de educação física, mas em vez de cumprir a legislação, elas só ofertam esses profissionais para os anos finais, do 6º ao 9º. Além disso, os estabelecimentos de ensino disponibilizam espaços inadequados para a prática de exercícios físicos porque não têm quadras poliesportivas. Esses desafios foram o tema de audiência pública realizada na manhã desta sexta-feira (29) pelo vereador Rinaldo Junior (PRB).

 [Rinaldo Junior debate os desafios dos profissionais de educação física](#)

“Trata-se de uma categoria muito importante, mas que não é vista ou valorizada. São poucas as escolas da rede pública municipal do Recife que dispõem de professores de educação física, para exercer a função. E apenas

webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.recife.pe.leg.br/noticias_antigas/rinal-do-junior-debate-os-desafios-dos-profissional... 1/4

Ativar o Windows
Acesse as configurações do Windows.
ativar o Windows.



10% das escolas têm espaços onde eles possam exercer suas atividades”, afirmou o vereador. Ele acrescentou que a audiência pública foi uma entre as diversas iniciativas que pretende encaminhar no sentido de resgatar a valorização da categoria. “Eu já apresentei três projetos de lei que vão interessar direta ou indiretamente a esses profissionais”, disse.

Os projetos de lei são os seguintes: o de número 26/2019, é do interesse indireto da categoria. Ele dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de placa indicativa de locação nos prédios utilizados pela Administração Pública Direta, Indireta e Autárquica do município do Recife. “Esse projeto se refere ao direito coletivo de informação a ser prestada pelo Poder Público, pois numa democracia, a transparência e a facilidade de conseguir acessar essas informações são indispensáveis para o cidadão acompanhar, fiscalizar e julgar os atos de seus representantes”, esclareceu Rinaldo.

Já os outros dois são do interesse direto. O projeto de lei 32/2019 institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife, a Semana Municipal do Profissional de Educação Física. “A semana será de fundamental importância para estimular expor, trocar e difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre as mais variadas questões de educação física, através de planejamento, programação e realização de campanhas educativas, cursos, exposições, pesquisas, publicações, reuniões e seminários, além de conscientizar a importância da prática de atividades físicas regularmente, de forma sistematizada e orientada, contribuindo para a valorização do profissional de educação física”, disse.

O terceiro projeto de lei, o de número 36/2019, obriga os condomínios que possuem academias a contratar profissionais de Educação Física como responsáveis técnicos por esses espaços. “Acho que o Educador Físico é o profissional mais capacitado para exercer atividades por meio de intervenções, de avaliação, de prescrição e orientação de sessões de atividades físicas com fins educacionais, de treinamento, de prevenção de doenças e promoção da saúde, etc, é papel do Educador Físico avaliar as condições dos pacientes e elaborar um programa de atividades acessíveis ao grupo, o que possibilitará a realização de um trabalho permanente e eficaz, visando sempre à melhoria da qualidade de vida”, argumentou.

A audiência pública reuniu diversos representantes da categoria dos Educadores Físicos. Um dos participante foi o chefe do Departamento de Educação Física e professor do bacharelado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Henrique Kohl. Segundo ele, a inobservância das leis tem prejudicado os profissionais. E esse comportamento vai além das escolas, pois atinge as academias de ginástica e até as escolinhas de futebol. “Tanto os espaços públicos quanto os privados desrespeitam a lei e isso impacta no mercado de trabalho. Está havendo, inclusive, um desestímulo de alunos dentro nos cursos de licenciatura”, informou.

Já o professor de educação física, Lúcio Beltrão, também participante da audiência, voltou à questão que diz respeito às escolas. Afirmou que apesar de a prática dos exercícios físicos ser um componente curricular obrigatório, a Prefeitura do Recife não cumpre o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. “A lei manda que todos os anos do ensino fundamental tenham um professor de educação física. Mas, nas escolas da rede municipal do Recife a educação física só é trabalhada do 6º ao 9º ano. Nos anos iniciais, do 1º ao 5º, o componente é trabalhado por um pedagogo com formação polivalente. Isso está errado”, garantiu.

Ele ressaltou que as escolas obrigam os pedagogos a fazer as vezes do professor de educação física, mas os que obedecem à Secretaria de Educação “podem ser enquadrados judicialmente por exercício ilegal da profissão”. A coordenadora geral do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife (Simpere), Cláudia Ribeiro, confirmou que a PCR não cumpre a LDB. “A educação física é uma disciplina do currículo obrigatório e tem que ser garantida”, afirmou. Ela acha que além da questão profissional outro grande desafio da categoria é quanto aos espaços para a prática de exercícios físicos, pois a grande maioria das escolas não dispõe de quadras esportivas adequadas.

O diretor Executivo de Gestão Pedagógica da Secretaria de Educação do Recife, Rogério Moraes, afirmou que “em nosso entendimento estamos cumprindo a LDB”, mas confirmou que nos anos iniciais são os pedagogos que trabalham o conteúdo da educação física. “Eles trabalham a educação física enquanto componente da carga horária, mas não dão aulas práticas”. Ele reconhece que esse debate “é antigo e passa por uma questão nacional”. Acrescentou que a “Prefeitura está aberta a discutir essa questão, que é interessante, pois exige debater o currículo, espaços e futuros concursos públicos”.